



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

TERMO DE FOMENTO/COLABORAÇÃO Nº 2023/6-000077-6

TERMO DE FOMENTO/COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CREA-PR CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ E A ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS, ARQUITETOS E AGRÔNOMOS DA REGIÃO DE BANDEIRANTES EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2022 - DRI / PARCERIAS.

Por este instrumento o CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, conforme disposto na Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, com sede à Rua Doutor Zamenhof nº 35, Alto da Glória, nesta Capital, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.639.384/0001-59, doravante denominado de Crea-PR, neste ato representado pelo seu Presidente, Engenheiro Civil Ricardo Rocha de Oliveira, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 3.542.640-0 da SSP/PR e CPF/MF nº 474.790.789-00, juntamente com a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Bandeirantes, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.255.405/0001-21, com sede na Rua Euripedes Rodrigues, 755 - Sala 504 - Bandeirantes - Paraná, doravante denominada ENTIDADE, representada legalmente por Aylton Veronez Júnior, portador da cédula de identidade nº 43.983.734-0 da SSP/SP e CPF/MF nº 360.724.678-57, residente e domiciliado à Rua Professora Ruth Senra Renzi, 384 - Vila Nossa Senhora Aparecida - Bandeirantes, resolvem celebrar o presente **Termo de Fomento/Colaboração**, observando-se as regras previstas no Edital de Chamamento Público nº 002/2022 - DRI, de acordo com a minuta aprovada no Processo Administrativo nº 2022/6-000195-3, que se regerá pelas Leis nº 13.019/2014, 13.204/2015, 5.194/66 e Resolução 1.075/2016 e 1.098/2018 do Confea e demais regulamentos e normas que regem a matéria, mediante as Cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Termo de Fomento/Colaboração tem por objeto a conjugação de recursos técnicos e financeiros dos PARTÍCIPES, para execução do Curso de Perícia judicial para Engenheiros, de acordo com o Plano de trabalho em anexo que passa a integrar este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE COOPERAÇÃO

A cooperação mútua dos PARTÍCIPES dar-se-á da seguinte forma:

I. O Crea-PR realizará:

1. O repasse da quantia de R\$ 29.805,90 (vinte e nove mil oitocentos e cinco reais e noventa centavos) à ENTIDADE da seguinte forma setembro/2023 R\$ 29.805,90, conforme cronograma de desembolso descrito no Plano de Trabalho.
2. A liberação das parcelas subsequentes à primeira fica condicionada à apresentação e aprovação de contas da parcela anteriormente recebida.

Parágrafo Único: As parcelas dos recursos transferidos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades, quando:

- a) Houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- b) Constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da entidade de classe em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- c) A entidade de classe deixar de adotar sem justificativas suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

II. A ENTIDADE realizará:

1. Execução do objeto desta parceria, com observância do plano de trabalho e do cronograma de desembolso, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, compreendendo todas as atividades a ele relativas;
2. Realização de Curso de Perícia Judicial com carga horária de 24 horas.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES

Para realização do objeto desta parceria, os parceiros obrigam-se a:

I. Crea-PR

1. Liberar a quantia mencionada na cláusula anterior de acordo com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho que integra o presente termo, sendo que a primeira parcela somente será liberada após a publicação do extrato deste termo, condicionada à apresentação da prestação de contas das anteriormente repassadas;
2. Proceder à orientação, fiscalização e avaliação dos trabalhos desenvolvidos que se relacionem com a utilização dos recursos oriundos deste Termo de Fomento;
3. Providenciar, em caso de descumprimento do objeto, desvio de finalidade, entre outro, a devida tomada de contas especial;
4. Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;
5. Efetuar o pagamento das despesas com a publicação do extrato deste Termo de Fomento;
6. Disponibilizar material institucional para a divulgação pela Entidade de Classe nos eventos promovidos através do Termo de Fomento.

II. ENTIDADE

1. Aplicar os recursos recebidos, exclusivamente, na execução desta parceria e com o disposto no seu plano de aplicação e cronograma de desembolso, que integram este ajuste;
2. Facilitar e aceitar a orientação, supervisão técnica e fiscalização contábil do Crea- PR na execução do objeto desta parceria;
3. Apresentar a competente prestação de contas, observando-se as regras previstas no Edital, além de prazos e normas de elaboração constante do instrumento de parceria e do plano de trabalho;
4. Promover, à falta da apresentação da prestação de contas no prazo regulamentar, a restituição dos recursos transferidos, acrescidos de juros e correção monetária, conforme o índice oficial, salvo quando decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado ou sua devida justificativa;
5. Manter os recursos transferidos pelo Crea-PR em conta corrente específica, junto à instituição financeira pública determinada pelo Crea-PR, com aplicação financeira, cujos rendimentos deverão ser utilizados exclusivamente na execução do objeto deste ajuste;
6. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos integralmente ao Crea-PR no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela Presidência do Crea-PR;
7. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária;

- 7.1. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.
- 7.2. Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o Termo de Fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie.
8. Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a esta parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
9. Efetuar o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto nesta parceria, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da entidade de classe em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
10. Gerenciar os recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
11. Inserção da logo do CREA-PR como patrocinador no material de divulgação e/ou publicidade.
12. Disponibilizar vagas gratuitas aos colaboradores do Crea-PR e colaboradores eventuais, conforme interesse e indicação realizada pelo Crea-PR, nos cursos, palestras, eventos e atividades gerais promovidas pela Entidade através do Termo de Fomento. A Entidade deverá formalizar a(s) vaga(s) através de comunicação junto ao Gestor do Termo de Fomento, sendo que este deverá retornar informando o interesse e possíveis indicações dos participantes.
13. Exibir material institucional do Crea-PR, fornecido pelo Conselho, nos cursos, palestras, eventos e atividades gerais promovidas pela Entidade através do Termo de Fomento, devendo comprovar através de relatório final quando da prestação de contas a exibição de material fornecido pelo Conselho.

CLÁUSULA QUARTA – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PARCERIA

O Crea-PR promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria através da Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada por Portaria específica da Presidência do Conselho.

§ 1º. Para a implantação do monitoramento e da avaliação, o Crea-PR poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

§ 2º. Nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, o Crea-PR realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

§ 3º. O Crea-PR, através de seu Departamento de Relações Institucionais - DRI e do(s) gestor(es) da parceria, emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela entidade de classe.

§ 4º. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) Valores efetivamente transferidos pelo Crea-PR;
- d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela entidade de classe na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;
- e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles internos e externos, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

§ 5º. Sem prejuízo da fiscalização pelo Crea-PR e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes em cada esfera de governo.

§ 6º. As parcerias de que trata este Edital estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO GESTOR DA PARCERIA

I. São obrigações do gestor da parceria:

1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
2. Informar à Presidência do Crea-PR a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;
4. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

Parágrafo Único: Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da entidade de classe, o Crea-PR poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, retomar os bens públicos em poder da entidade parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direito de uso de tais bens, e/ou assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela entidade de classe até o momento em que o Crea- PR assumiu essa responsabilidade.

CLÁUSULA SEXTA – ASSUNÇÃO DOS TRABALHOS

Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da entidade de classe, o Crea-PR poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- a) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela entidade de classe até o momento em que o Crea-PR assumiu essas responsabilidades;
- b) Retomar os bens públicos em poder da entidade de classe parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- c) Essas situações previstas acima devem ser comunicadas imediatamente pelo Gestor ao Presidente do Crea-PR.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALOR

O valor global do presente Termo de Fomento é de R\$ 29.805,90 (vinte e nove mil oitocentos e cinco reais e noventa centavos).

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Termo de Fomento correrão à conta da Seguinte Dotação:

6.2.2.1.1.01.08.01.005 - Parceria C/ entidades Classe - Chamamento Publico

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente instrumento terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2023, adquirindo eficácia a partir da publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado mediante solicitação da ENTIDADE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao Crea-PR em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

Parágrafo Único: A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pelo Crea-PR quando este der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DENÚNCIA E RESCISÃO

É facultado aos parceiros denunciar este Termo, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, nos termos da legislação vigente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

§ 1º. A denúncia e/ou rescisão deste Termo ocorrerá quando da constatação das seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- b) Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo;
- c) Descumprimento a toda e qualquer cláusula constante deste Termo;
- d) Por manifesto interesse público, motivadamente declarado pela Presidência do Crea-PR.

§ 2º. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula, os PARTICIPES são responsáveis pelas obrigações que assumiram até a data da rescisão, competindo à ENTIDADE à comprovação de aplicação dos recursos que houver recebido, na forma da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Edital, da Lei nº 13.019/14 e/ou de legislação específica, o Crea-PR poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à entidade de classe as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo e do Crea-PR, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Crea-PR, que será concedida sempre que a entidade de classe ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§ 1º. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva da Presidência do Crea-PR, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de aplicação da penalidade.

§ 2º. Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 3º. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

Este Termo de Fomento/Colaboração poderá ser alterado por meio de termo aditivo, de comum acordo entre os parceiros, vedada a mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Fomento será publicado pelo Crea-PR sob a forma de extrato no Diário Oficial da União - DOU.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – BENS ADQUIRIDOS

Na data da conclusão ou extinção desta parceria, a titularidade dos direitos e dos bens adquiridos, produzidos ou transformados com os recursos repassados pelo Crea-PR, que poderão ser doados, a critério do Administrador Público quando não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observada a legislação vigente.

§ 1º. É obrigatória e de responsabilidade do Crea-PR a definição do direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, respeitado o disposto no art. 36, da Lei n. 13.019/2014.

§ 2º. Concluído, ou não, o prazo de vigência do presente ajuste, no caso de utilização em desacordo com a finalidade estabelecida pelos parceiros, poderá o Crea-PR promover a imediata retomada dos bens e direitos referidos na Cláusula Décima Quinta.

§ 3º. Sendo o presente termo de Fomento/Colaboração rescindido por quaisquer dos motivos previstos na Cláusula Décima – Denúncia e Rescisão, os bens patrimoniais serão automaticamente revertidos ao Crea-PR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INALIENABILIDADE

Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos pelo presente instrumento serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e a ENTIDADE deverá formalizar promessa de transferência da propriedade ao Crea-PR, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO CUMPRIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

O presente instrumento incorrerá no tratamento de dados pessoais pelas partes, abrangendo a sua coleta, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, motivo pelo qual as pessoas físicas relacionadas neste instrumento consentem e autorizam desde já o livre fornecimento, tratamento e uso dos seus dados pessoais de forma a atender única e exclusivamente a finalidade pública prevista neste instrumento, com vistas à persecução do interesse público e com o objetivo de executar as competências legais e cumprir as atribuições do serviço público exercido pelo Crea-PR, estando a utilização de tais dados atrelada a uma atividade estatal e, portanto, submetida, dentre outros, ao princípio da publicidade e aos ditames da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011).

§ 1º. Os dados coletados e armazenados em virtude do presente instrumento poderão ser livremente acessados e utilizados pela ENTIDADE desde que observados os princípios e regras previstos na LGPD.

§ 2º. O Crea-PR poderá:

1. Realizar o uso compartilhado de dados pessoais com outros entes da Administração Pública, objetivando atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e a atribuições legais de outros órgãos e entidades públicos, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º da LGPD;
2. Realizar o compartilhamento de dados pessoais constantes de bases de dados com entes privados, nas hipóteses previstas no art. 26, §1º, da LGPD.

§ 3º. As partes se obrigam ao cumprimento das regras estabelecidas na LGPD quanto ao armazenamento e tratamento de dados pessoais aqui informados, de modo que os padrões, meios técnicos e processos envolvidos sejam suficientemente anonimizados e compatíveis com a execução livre e desembaraçada do objeto deste instrumento.

§ 4º. A ENTIDADE deverá executar o objeto descrito na Cláusula Primeira deste instrumento observando os princípios previstos na LGPD, em especial os da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação no tratamento dos dados.

§ 5º. O Crea-PR declara possuir um departamento de controladoria interna, contando com a figura do Controler a quem compete tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (cujos dados para contato e identificação poderão ser solicitados a qualquer tempo), e adota processos internos de governança para a proteção de dados, os quais serão alterados ou adequados, conforme o caso, sempre que for necessário para o atendimento às premissas da LGPD, devendo a ENTIDADE também armazenar e tratar os dados pessoais fornecidos neste instrumento de acordo com tais premissas, adotando padrões, meios técnicos, processos e regras de compliance, de modo que os dados pessoais sejam considerados suficientemente protegidos, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Cláusula 10º (décima).

§ 6º. A ENTIDADE estará passível à aplicação das sanções previstas na Cláusula 11º (décima primeira) no caso de haver sido constatado o descumprimento, de forma deliberada ou por incapacidade técnica, dos princípios indicados no inciso V desta Cláusula, sem prejuízo à rescisão deste ajuste. As eventuais irregularidades cometidas durante a vigência deste instrumento quanto ao tratamento de dados pessoais, inclusive as decorrentes de práticas de mercado amplamente adotadas, serão apuradas e apenadas ainda que constatadas após a execução do objeto.

§ 7º. As condições previstas na Cláusula Primeira quanto ao regime de execução do objeto deste instrumento não poderão conflitar direta ou indiretamente com a LGPD ou frustrar os objetivos nela estabelecidos, devendo as partes notificarem imediatamente uma à outra no caso de identificarem qualquer ameaça ao seu cumprimento. Nesta hipótese, deverá ser instaurado o competente expediente administrativo, mediante o qual serão evidenciadas as tratativas que deram ensejo à respectiva adequação, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DO FORO

Os conflitos e divergências que se originaram deste Termo de Fomento, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Paraná – Subseção Judiciária de Curitiba.

E, estando as partes de pleno acordo com os termos do presente Termo de Fomento, o assinam de forma eletrônica através do sistema SEI.

Curitiba/PR, março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Augusto Doerl, Testemunha**, em 16/03/2023, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Euza Lucia Bezerra, Testemunha**, em 16/03/2023, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robson Roberto Arbigaus Rothbarth, Procurador(a)**, em 16/03/2023, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aylton Veronez Júnior, Usuário Externo**, em 16/03/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Rocha de Oliveira, Presidente**, em 16/03/2023, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site www.crea-pr.org.br/sei-autentica, informando o código verificador **1198854** e o código CRC **44811129**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ – CREA-PR

PLANO DE TRABALHO
TERMO DE FOMENTO/COLABORAÇÃO Nº 2023/6-000077-6

1. DADOS CADASTRAIS

| | | | |
|--|-----|--------------------|-----------------|
| ÓRGÃO: | | CNPJ: | |
| Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná | | 76.639.384/0001-59 | |
| NATUREZA JURÍDICA: | | | |
| Autarquia Federal de Personalidade Jurídica de Direito Público | | | |
| ENDEREÇO: | | | |
| Rua Dr. Zamenhof, 35 – Alto da Glória | | | |
| CIDADE: | UF: | CEP: | DDD / TELEFONE: |
| Curitiba | PR | 80.030-320 | (41) 3350-6700 |
| NOME DO RESPONSÁVEL: | | CPF: | |
| Ricardo Rocha de Oliveira | | 474.790.789-00 | |
| C.I. / ÓRGÃO EXPEDIDOR: | | CARGO: | |
| 3.542.640-0 da SSP/PR | | Presidente | |

| | | | |
|---|-----|------------|--------------------|
| ENTIDADE: | | | CNPJ: |
| Associação Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Bandeirantes | | | 04.255.405/0001-21 |
| NATUREZA JURÍDICA: | | | |
| Pessoa Jurídica de Direito Privado sem Fins Lucrativos | | | |
| ENDEREÇO: | | | |
| Rua Euripedes Rodrigues, 755 - Sala 504 | | | |
| CIDADE: | UF: | CEP: | DDD / TELEFONE: |
| Bandeirantes | PR | 86360-000 | 43-98428-3802 |
| NOME DO RESPONSÁVEL: | | | CPF: |
| Aylton Veronez Júnior | | | 360.724.678-57 |
| C.I. / ÓRGÃO EXPEDIDOR: | | CARGO: | |
| 43.983.734-0 da SSP/SP | | Presidente | |

2. PROPOSTA

Título da proposta: Curso de Perícia Judicial para Engenheiros

3. OBJETIVO GERAL

Realização de Curso de Perícia Judicial com carga horária de 24 horas para 30 profissionais do Sistema Confea/Crea. Este curso objetiva capacitar profissionais da engenharia que desejam atualizar-se no assunto, que estão em busca de novos desafios, e desejam obter maior aprendizado sobre o tema. Visto que a um grande interesse dos engenheiros para atuarem na esfera judicial, como perito e assistente técnico das partes envolvidas num processo.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Realização de curso sobre Perícia Judicial com carga horária de 24h para engenheiros e capacitar profissionais para o mercado de trabalho de pericias judicias. visto que os Fóruns a uma grande demanda de processos que necessitam de profissionais da área da engenharia para estar realizando os trabalhos pericias. escritórios de advocacia também necessitam de engenheiros para resolução de problemas voltados as engenharia.

Durante o curso/evento serão apresentados os parâmetros de fiscalização do Crea-PR contido no manual de fiscalização das câmaras especializadas em relação aos temas dos cursos ministrados, bem como, haverá a orientação

quanto a necessidade de registro de profissionais e empresas junto ao Crea-PR e orientação sobre a maneira correta de emissão da anotação de responsabilidade técnica. Haverá espaço para debate em relação a atuação do Crea-PR.

5. DESCRIÇÃO DETALHADA

Será abordado a legislação relacionada a perícias judiciais bem como práticas adotadas para o exercício dessa atividade, será abordado também a respeito da ética profissional a respeito da nomeação perante ao juiz do fórum a importância da ART em um laudo pericial.

Programação do curso:

Segunda a sexta-feira- 18:30 às 22:30 hs - 4,0 horas. Total de 20 horas

Sábado: Manhã - 08:00 às 12:00 hs - 4,0 horas Total de 4 horas

Total carga horaria 24h

Curso de Perícia Judicial para Engenheiros - 24h

Modulo - 1 - 4 horas Campo de trabalho, Atribuições legais dos peritos, Aspectos gerais da perícia judicial, Requisitos essenciais ao perito, Responsabilidade civil e criminal do perito, A perícia como meio de prova, O perito como auxiliar da justiça, Direitos e obrigações do perito Funções do assistente técnico Sistemática da perícia no processo civil

Modulo - 2 - 4 horas Fase inicial da perícia Realização da perícia Entrega do laudo Esclarecimentos Segunda perícia Inspeção judicial Prova pericial no Código de Processo Civil Quesitos

Modulo - 3 - 4 horas Quesitos necessários Formulação de quesitos Quesitos impertinentes Respostas aos quesitos Elaboração do laudo pericial

Modulo - 4 - 3 horas Roteiro para resolução das questões Considerações preliminares Apresentação de relatórios e critérios adotados Sequência do trabalho pericial Componentes finais e anexos Utilização de recursos fotográficos Redação técnico-jurídica

Modulo - 5 - 3 horas Características essenciais Estrutura redacional Aspectos estéticos Apresentação do trabalho Recomendações quanto à redação Pareceres dos assistentes técnicos Honorários profissionais

Modulo - 6 - 3 horas Honorários do perito oficial Honorários do assistente técnico Contratos de prestação de serviço Tabelas de honorários (perícias) Exemplos práticos Estudo de caso simulado

Modulo - 7 - 3 horas Modelo de um laudo pericial genérico Simulação dos pareceres dos assistentes técnicos Apresentação do laudo pericial

6. NÚMERO DE PROFISSIONAIS ATINGIDOS

Será atingido pelo projeto o número de 30 profissionais do sistema Confea/Crea.

7. METODOLOGIA

Serão aulas expositivas totalmente on-line realizadas segunda a sábado. haverá momentos para troca de informações e esclarecimento de dúvidas e debates.

8. ORÇAMENTO TOTAL

O orçamento total do projeto importa em R\$ 29.805,90 (vinte e nove mil oitocentos e cinco reais e noventa centavos).

9. CONTRAPARTIDA INSTITUCIONAL

Não há contrapartida na execução do projeto em questão.

10. PARCERIAS PARA REALIZAÇÃO DO OBJETIVO GERAL

Não há previsão de parceria na execução do projeto em questão.

11. META (S)

| META | VALOR | TIPO |
|--|-------|------------|
| Apresentar, no mínimo, 02 (duas) sugestões de melhoria ao Crea-PR, relacionando o evento à atividade finalística do Conselho até 31/12/2023. | 02 | Numérico |
| Atingir no mínimo 70% de aprovação por atividade nas avaliações até 31/12/2023. | 70 | Percentual |
| Atingir no mínimo a quantidade de 30 (trinta) profissionais do Sistema Confea/Crea e 5 (cinco) acadêmicos até 31/12/2023. | 30 | Numérico |
| Realizar apresentação/palestra do Sistema Confea/Crea durante a realização do curso/evento, em cada módulo. | 01 | Numérico |

12. PERÍODO DE EXECUÇÃO

O período de execução terá início a partir da data de publicação em Diário Oficial da União pelo Crea-PR, com término previsto para 31/12/2023.

13. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma de execução deve atender as seguintes metas e etapas:

| O que fazer? | Como fazer? | Quantidade | Quando fazer? |
|---|--|------------|---------------|
| Realizar um curso de Pericias Judiciais para Engenheiros. | Serão aulas expositivas totalmente on line com carga horária total de 24 horas realizadas de segunda-feira a sábado. Haverá momentos para troca de informações e esclarecimentos de dúvidas e debates. | 01 | 06/09/2023 |

14. PLANO DE APLICAÇÃO:

Para a execução deste Plano de Trabalho há previsão de repasse de recursos financeiros no total de R\$29805,90 (vinte e nove mil oitocentos e cinco reais e noventa centavos), sendo a Entidade responsável pelo gerenciamento das despesas decorrentes do cumprimento do presente instrumento:

| | Natureza da despesa – especificação da conta | Crea-PR (R\$) | AEBAN (R\$) | Total (R\$) | Observações |
|---|--|---------------|-------------|---------------|--|
| 1 | Serviços de palestrantes/instrutores | R\$ 29.805,90 | R\$ 0,00 | R\$ 29.805,90 | Contratação de empresa habilitada para ministrar um Curso de Pericia |

| | | | | |
|--------------|----------------------|-----------------|----------------------|---------------------------|
| | | | | Judicial para Engenheiros |
| TOTAL | R\$ 29.805,90 | R\$ 0,00 | R\$ 29.805,90 | |

15. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O cronograma de desembolso prevê o repasse financeiro da quantia de R\$29805,90 (vinte e nove mil oitocentos e cinco reais e noventa centavos) à ENTIDADE, conforme especificado abaixo:

| Mês/ano | Despesa Crea-PR |
|---------|-----------------|
| 09 | R\$ 29.805,90 |

16. VIGÊNCIA:

O presente termo vigorará a partir da data de publicação em Diário Oficial da União (DOU) pelo Crea-PR até 31/12/2023, podendo ser prorrogado, complementado ou alterado, por acordo entre as partes e formalizado através de termo aditivo devidamente assinado, preservando o seu objeto.

17. CONDIÇÃO:

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas, termos e condições deste instrumento, assinam o presente de forma eletrônica através do sistema SEI, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas, para que se produzam os necessários efeitos jurídicos e legais.

Curitiba/PR, março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Augusto Doerl, Testemunha**, em 16/03/2023, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Euza Lucia Bezerra, Testemunha**, em 16/03/2023, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robson Roberto Arbigaus Rothbarth, Procurador(a)**, em 16/03/2023, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ayilton Veronez Júnior, Usuário Externo**, em 16/03/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Rocha de Oliveira, Presidente**, em 16/03/2023, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site www.crea-pr.org.br/sei-autentica, informando o código verificador **1198858** e o código CRC **2947F5C9**.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ**EXTRATOS DE CONVÊNIOS**

PROCESSO Nº: 2023/6-000064-1. CONVENIADA: Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Apucarana. CNPJ: 78.956.679/0001-84. OBJETO: O presente Termo de Fomento/Colaboração tem por objeto a conjugação de recursos técnicos e financeiros dos PARTÍCIPIES, para execução da 3ª Edição da Revista Técnica de Engenharia, de acordo com o Plano de trabalho em anexo que passa a integrar este instrumento. BASE LEGAL: Leis nº 13.019/2014, 13.204/2015, 5.194/66 e Resolução 1.075/2016 e 1.098/2018 do Confea. VIGÊNCIA: A partir da data desta publicação até 31/12/2023. SIGNATÁRIO: Miriam Elena Favaretto Corbacho.

PROCESSO Nº: 2023/6-000077-6. CONVENIADA: Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Bandeirantes. CNPJ: 04.255.405/0001-21. OBJETO: O presente Termo de Fomento/Colaboração tem por objeto a conjugação de recursos técnicos e financeiros dos PARTÍCIPIES, para execução do Curso de Perícia judicial para Engenheiros, de acordo com o Plano de trabalho em anexo que passa a integrar este instrumento. BASE LEGAL: Leis nº 13.019/2014, 13.204/2015, 5.194/66 e Resolução 1.075/2016 e 1.098/2018 do Confea. VIGÊNCIA: A partir da data desta publicação até 31/12/2023. SIGNATÁRIO: Aylton Veronez Júnior.

PROCESSO Nº: 2023/6-000079-8. CONVENIADA: Associação Norte Paranaense dos Engenheiros Ambientais. CNPJ: 29.177.350/0001-00. OBJETO: O presente Termo de Fomento/Colaboração tem por objeto a conjugação de recursos técnicos e financeiros dos PARTÍCIPIES, para execução do 1º Hackathon Greentech e Fiscalização Ambiental de Londrina, de acordo com o Plano de trabalho em anexo que passa a integrar este instrumento. BASE LEGAL: Leis nº 13.019/2014, 13.204/2015, 5.194/66 e Resolução 1.075/2016 e 1.098/2018 do Confea. VIGÊNCIA: A partir da data desta publicação até 31/12/2023. SIGNATÁRIO: Marcos Vinicius Costa Rodrigues.

PROCESSO Nº: 2023/6-000082-3. CONVENIADA: Associação Platinense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. CNPJ: 81.394.017/0001-72. OBJETO: O presente Termo de Fomento/Colaboração tem por objeto a conjugação de recursos técnicos e financeiros dos PARTÍCIPIES, para execução da Revista Técnica Platinense - 1ª Edição, de acordo com o Plano de trabalho em anexo que passa a integrar este instrumento. BASE LEGAL: Leis nº 13.019/2014, 13.204/2015, 5.194/66 e Resolução 1.075/2016 e 1.098/2018 do Confea. VIGÊNCIA: A partir da data desta publicação até 31/12/2023. SIGNATÁRIO: Fernando Ribeiro dos Santos.

PROCESSO Nº: 2023/6-000083-4. CONVENIADA: Associação Platinense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. CNPJ: 81.394.017/0001-72. OBJETO: O presente Termo de Fomento/Colaboração tem por objeto a conjugação de recursos técnicos e financeiros dos PARTÍCIPIES, para execução dos Cursos BIM (Building Information Modeling - Modelagem de Informações da Construção), de acordo com o Plano de trabalho em anexo que passa a integrar este instrumento. BASE LEGAL: Leis nº 13.019/2014, 13.204/2015, 5.194/66 e Resolução 1.075/2016 e 1.098/2018 do Confea. VIGÊNCIA: A partir da data desta publicação até 31/12/2023. SIGNATÁRIO: Fernando Ribeiro dos Santos.

PROCESSO Nº: 2023/6-000106-4. CONVENIADA: Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa. CNPJ: 77.484.871/0001-52. OBJETO: O presente Termo de Fomento/Colaboração tem por objeto a conjugação de recursos técnicos e financeiros dos PARTÍCIPIES, para execução do Evento de entrega de Carteiras/Registro do Crea-PR aos recém-formados, de acordo com o Plano de trabalho em anexo que passa a integrar este instrumento. BASE LEGAL: Leis nº 13.019/2014, 13.204/2015, 5.194/66 e Resolução 1.075/2016 e 1.098/2018 do Confea. VIGÊNCIA: A partir da data desta publicação até 31/12/2023. SIGNATÁRIO: José Felipe Zemniczak.

PROCESSO Nº: 2023/6-000107-5 CONVENIADA: Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa. CNPJ: 77.484.871/0001-52. OBJETO: O presente Termo de Fomento/Colaboração tem por objeto a conjugação de recursos técnicos e financeiros dos PARTÍCIPIES, para execução Revista Técnica - Engenharia e Tecnologia dos Campos Gerais, de acordo com o Plano de trabalho em anexo que passa a integrar este instrumento. BASE LEGAL: Leis nº 13.019/2014, 13.204/2015, 5.194/66 e Resolução 1.075/2016 e 1.098/2018 do Confea. VIGÊNCIA: A partir da data desta publicação até 31/12/2023. SIGNATÁRIO: José Felipe Zemniczak.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, na forma da lei e das resoluções vigentes convoca as pessoas físicas/jurídicas abaixo relacionadas a comparecer, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir desta publicação, nas dependências da Inspeção mais próxima para tomar conhecimento do conteúdo do respectivo ofício que trata de assunto de seu interesse. CARLOS RAFAEL DE MORAES RIBEIRO CNPJ 28.510.740/0001-97 - 2023/7-003706-4. CRYO SERVICE LTDA - CNPJ 05218314000189 - PROCESSO Nº 2022/7-014944-7.

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, na forma da lei e das resoluções vigentes convoca as pessoas físicas/jurídicas abaixo relacionadas a comparecer, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir desta publicação, nas dependências da Inspeção mais próxima para tomar conhecimento do conteúdo do respectivo ofício que trata de assunto de seu interesse. PACTUAL DEMOLIÇÕES E OBRAS DE INFRAESTRUTURA LTDA, CNPJ: 21.586.096/0001-91 - 2022/7-019659-5.

O interessado está em lugar incerto e não sabido e já foi feita tentativa de citação via postal.

Curitiba, 17 de março de 2023.
RICARDO ROCHA DE OLIVEIRA
Presidente do Crea-PR

AVISOS DE CANCELAMENTO

O CREA-PR comunica o cancelamento da Certidão de Acervo Técnico - CAT SEM REGISTRO DE ATENDIMENTO DE OBRA/SERVIÇO CONCLUÍDO (ATÉ 20 ARTS) - DIGITAL - nº 1720220004083, emitida para o Eng. Eletricista, Rafael de Lima Crepaldi, carteira PR-150395/D, através do protocolo 46484/2023. Base Legal: Lei 5.194/66.

O CREA-PR comunica o cancelamento da Certidão de Acervo Técnico - CAT nº. 5514/2018, emitida para o Eng. Andre Caon Lima PR-27700/D, através do protocolo 371285/2018. Cancela também o atestado de capacidade técnica vinculado. Base Legal: Lei 5.194/66.

Curitiba, 17 de março de 2023.
RICARDO ROCHA DE OLIVEIRA
Presidente do Crea-PR

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 017.000463/2023-97 CONTRATADA: Danka Gerenciamento de Projetos Ltda. CNPJ nº 48.113.779/0001-88 - OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para a reforma de edificação localizada em União da Vitória - PR - VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contados da assinatura do representante legal do CREA-PR no instrumento contratual - VALOR: R\$ 80.516,02 - BASE LEGAL: Art. 24, V da Lei nº 8.666/93. Curitiba, 20 de março de 2023. Eng. Civil Ricardo Rocha de Oliveira - Presidente do CREA-PR

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE PERNAMBUCO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2023**

PROCESSO LICITATÓRIO nº 200198583-01/2023

O Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (CREA-PE), no uso de suas atribuições legais e regimentais, assim como na condição de ordenador de despesas, com supedâneo no art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93, torna PÚBLICA a HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO epígrafado em favor da empresa: Lote Único: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA, CNPJ: 00.856.424/0001-52, pelo valor de R\$ 27.006,96 (vinte e sete mil e seis reais e noventa e seis centavos); Objeto: Escolha de proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de Plano de Assistência Odontológica, conforme especificações, condições e prazos definidos no Edital e seus anexos.

ADRIANO ANTONIO DE LUCENA

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2023**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200184415-04/2023 OBJETO: O objeto do presente Pregão é a escolha de proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de Leiloeiro Público Oficial, conforme especificações, condições e prazos definidos no Edital e seus anexos. Edital disponível no site: www.licitacoes-e.com.br - Licitação nº 990438. Abertura das Propostas: 20/03/2023, às 09h30; Sessão Disputa de Preços: 20/03/2023, às 10h30, horário de Brasília-DF.

ADRIANO ANTONIO DE LUCENA
Presidente do CREA/PE

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2023**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200184415-04/2023 OBJETO: O objeto do presente Pregão é a escolha de proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de Leiloeiro Público Oficial, conforme especificações, condições e prazos definidos no Edital e seus anexos. Edital disponível no site: www.licitacoes-e.com.br - Licitação nº 992303. Abertura das Propostas: 30/03/2023, às 09h30; Sessão Disputa de Preços: 30/03/2023, às 10h30, horário de Brasília-DF.

ADRIANO ANTONIO DE LUCENA
Presidente do CREA/PE

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA**EXTRATOS****RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

CONTRATANTE: CREA-SC. CONTRATADA: Instituto Catarinense de Engenharia de Avaliações e Perícias - IBAPE/SC (CNPJ/MF n. 89.519.201/0001-03). ESPÉCIE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada e credenciada para locação de área com montagem básica para estande de 09 m². FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93. PROCESSO: 5-230027903-0. RATIFICAÇÃO EM: 15/03/2023. PRAZO DE VIGÊNCIA: 30/03/2023 E 31/03/2023. VALOR TOTAL: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

CONTRATANTE: CREA-SC. CONTRATADA: LUSCH AGÊNCIA DE PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA. (CNPJ/MF n. 16.921.250/0001-02). ESPÉCIE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada e credenciada para locação de área com montagem completa para estande de 06 m², para participação do CREA-SC no evento EMPREENDE BRASIL CONFERENCE - 9ª edição, que acontecerá no dia 27 de maio de 2023, no Hard Rock Live, em São José/SC. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93. PROCESSO: 5-230030940-0. RATIFICAÇÃO EM: 15/03/2023. PRAZO DE VIGÊNCIA: 27/05/2023. VALOR TOTAL: R\$ 15.670,00 (quinze mil e seiscentos e setenta reais). CARLOS ALBERTO KITA XAVIER - Presidente do CREA/SC

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Contrato nº 907.2. Fundamento Legal: Art. 57, inc. II da Lei Federal nº 8.666/93. Objeto: Serviços de suporte técnico, manutenção e licença de uso sistemas Siscont.net, CCCustos, Sialm.net, Sispat e Compras&Contratos. Conteúdo: Prorrogação da vigência e reajuste. Contratada: Implanta Informática Ltda. Vigência: 20/03/2023 a 19/03/2024. Valor: R\$ 89.621,88.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato nº 909.2. Fundamento Legal: Art. 57, inc. II da Lei Federal nº 8.666/93. Objeto: Ferramenta de comunicação de imprensa, releases e mailing jornalístico. Conteúdo: Prorrogação da vigência e reajuste. Contratada: Comunique-se S/A. Vigência: 18/03/2023 a 18/03/2024. Valor: R\$ 8.020,56.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2022
RETIFICADO**

Proc. Adm. 30/2022. Modalidade: Pregão Eletrônico. Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de administração e controle de frota de veículos, gerenciamento e manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de peças por meio de rede credenciada, utilizando tecnologia da informação, a fim de atender às necessidades dos veículos oficiais pertencentes ao CRF/RS, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital Entrega e abertura das propostas: até 04/04/2023 às 10 horas, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

ANDREIA CRUZ SILVA
Pregoeira

